

## **Projeto DGM FIP Brasil**

### **Reunião do Comitê Gestor Nacional**

### **Dias 13, 14 e 15 de janeiro de 2016 – Montes Claros, MG**

Com a presença dos integrantes do Comitê Gestor Nacional do Projeto DGM FIP Brasil, a saber: Januário Tseredzaro Ruri'õ, João Nonoy Krikati, Anália Aparecida da Silva, Johnny Martins de Jesus, Maria do Socorro Teixeira Lima, Jossiney Evangelista Silva, Swere da Mata Brito, Gilberto Barros, Mayk Honnie Gomes de Arruda e Elmy Pereira Soares. Dos representantes do Governo, participaram Eduardo Granha Magalhães Gomes (FIP), Renata Corrêa Apoloni (MMA), Gabriella Guimarães (FUNAI) e Gabriel Domingues (observador MMA);

Da equipe da Agência Executora Nacional do Projeto, a saber: Álvaro Carrara, Aderval Costa Filho, Cláudia Calório, Maria Paula Vanucci, Jussara Pinto, Cibelih Torres, Hellen Santa Rosa, Indinayara Gouveia e Bruno Barbosa;

E da coordenação-executiva do CAA-NM, representada por Braulino Caetano dos Santos, Eliseu José de Oliveira, Heliete Ferreira Silva e Helen Santa Rosa,

A 1ª reunião do Comitê Gestor Nacional do Projeto DGM Brasil se iniciou às 9h00 do dia 13 de janeiro em Montes Claros, MG. O Banco Mundial, entidade observadora de todo o processo, esteve presente com os ponto-focais do projeto DGM na instituição, que são Alberto Costa e Daniella Arruda. Por se tratar da primeira reunião oficial entre o Comitê Gestor Nacional (CGN) e o Centro de Agricultura Alternativa do Norte de Minas (CAA-NM), agência executora nacional do projeto (AEN), este encontro iniciou-se com a fala institucional do CAA-NM, que apresentou os seus coordenadores-técnicos e deu boas-vindas aos presentes. Depois disso Eduardo Granha, representante do FIP no CGN do Projeto DGM Brasil, explicou os projetos que compõem o FIP, e disse da importância de uma comunicação sinérgica entre todos eles. "O FIP está tentando uma forma de abordagem do problema do clima e é importante que o Brasil tenha sucesso nos seus projetos". Dando prosseguimentos às falas institucionais, Alberto Costa também agradeceu a presença de todos e explicou que o Banco Mundial, apesar de ter conduzido todo o processo de criação do Projeto DGM FIP Brasil, ocupa um papel de observador no Comitê Gestor (não tem poder de voto nas decisões) e que acompanhará todas as ações do projeto. Alberto enfatizou que o Comitê Gestor Nacional - que é formado por representantes comunitários - tem poder de decisão, afirmando que isto tem sido muito bem visto no mundo afora como um modo correto de conduzir a iniciativa do DGM.

Após esse momento, houve a apresentação da equipe-chave do projeto (Álvaro Carrara, Aderval Costa Filho, Cláudia Calório, Paula Vanucci, Jussara Pinto, Carla Blenda, Bruno Barbosa, Cibelih Hespaniol e Indinayara Gouveia) e dos integrantes do Comitê Gestor Nacional do Projeto DGM Brasil.

Constatado o quórum necessário e registradas as ausências dos membros Lucely Pio, Valcélvio Terena e Srewe da Mata de Brito (que chegou no dia 14), o CAA-NM iniciou a reunião fazendo alguns informes sobre as atividades realizadas enquanto se aguardava a oficialização do CGN, o que ocorreu com a publicação das portarias do Ministério do Meio Ambiente e Funai (nov e dez de 2015, documentos em anexo). Januário

Tseredzaro fez um relato sobre os eventos internacionais (promovidos pelo DGM Global) dos quais participou como representante do CGN, avaliando que o DGM Brasil está no caminho certo pois tenta atender as demandas e oportunidades voltadas aos indígenas, quilombolas e comunidades tradicionais. Álvaro Carrara falou sobre a reunião do Comitê Global do Projeto DGM realizada na Indonésia (dez de 2015) e que contou com representantes de todos os 8 países que compõem o projeto DGM. “Brasil e Indonésia são os países mais avançados, ambos com comitês formados por comunidades tradicionais”.

Após esses relatos, os integrantes do CGN discutiram a seguinte pauta:

### **Dia 13 de janeiro:**

#### **Apresentação do Marco de Gestão Socioambiental (MGSA): Discussão e aprovação**

O documento, anteriormente apresentado ao Banco Mundial e enviado aos participantes pelo Correio, foi lido integralmente. Alberto informou que o MGSA não pode ser modificado, acrescido ou aprimorado sem um acordo com o Banco Mundial. Isso porque os objetivos e salvaguardas do projeto DGM foram aprovados por um comitê maior do que CGN DGM Brasil e, por isso, não podem ser alterados sem que isso seja analisado em uma instância superior. Apenas questões menores foram modificadas, e o documento final segue no anexo desta ata.

#### **Apresentação do Regimento Interno**

Uma proposta do regimento interno foi lida e debatida entre os presentes. Renata Apoloni sugeriu a inclusão da SEPPIR no CGN, quando Alberto Costa informou que o órgão foi convidado a participar da implantação do projeto DGM Brasil, mas na época somente o Ministério do Meio Ambiente (MMA) e Funai aceitaram o convite. Visando não interromper o andamento das atividades do CGN, julgou-se possível que a SEPPIR (e outros órgãos do Governo) atuem como ‘ouvinte’ pois uma outra forma de participação exigiria a publicação de uma portaria interministerial. Gilberto Barros reforçou a necessidade do regimento garantir a participação de titulares e suplentes nas reuniões, para que todos estejam cientes dos assuntos discutidos.

A duração do mandato foi um ponto que causou discussão e foi definido o seguinte: estabelecer um mandato de 2 anos e, após disso, realizar um novo seminário-integrador para avaliar o projeto e identificar as instituições que assumirão a recondução dos trabalhos. “Quanto mais participativo o processo (para pensar na recondução), mais interessante”, completou Aderval Costa. O Banco Mundial comunicou que a organização deste seminário integrador será responsabilidade da AEN.

A escolha do coordenador também foi uma das questões discutidas, deixando estabelecido que o(a) coordenador(a) e vice-coordenador(a) do DGM seriam eleitos no dia 14, após a chegada do membro Srewe da Mata Brito (que perdeu o vôo e não pôde estar no dia 13 de janeiro).

Alterações, exclusões e inclusões foram realizadas, aprovando o documento que se encontra em anexo.

## **Apresentação, Discussão e Aprovação do Manual Operativo**

A tarde se iniciou com a apresentação do Manual Operativo, documento que rege as atividades operacionais do projeto DGM Brasil. Foram muitos os questionamentos, desde a contextualização do DGM, a escolha do Cerrado, a descrição dos componentes, a explicação dos projetos - linhas de apoio - valores até o modo de avaliação das propostas que serão recebidas. Gabriel questionou se as áreas de vulnerabilidade do Cerrado serão indicadores utilizados na seleção das manifestações de interesse, o que foi negado por Cláudia Calório. "A prioridade será de selecionar boas propostas do Cerrado e não elencar critérios excludentes que nos impedirão de selecionar boas propostas que estejam fora de área de vulnerabilidade. Precisamos discutir se vamos dar um tratamento diferenciado para isso (situação de vulnerabilidade), completou ela, informando que este instrumento de análise ainda não foi elaborado.

Gilberto Barros colocou a sua preocupação com a execução dos subprojetos pois julga que as entidades terão dificuldade em executar financeiramente as suas propostas caso elas tenham que seguir as regras do Banco Mundial. O Aderval explicou que o CAA terá todo o suporte na execução financeira. Daniella o tranquilizou afirmando que o CAA-NM centralizará todo esse processo, gerenciando todas as compras (que, aliás, serão regionalizadas). "A não ser que exista uma entidade super-capacitada que assuma esse serviço. Não é proibido que aconteça isso", disse ela.

Alberto explicou porque a execução financeira dos subprojetos será indireta: "Esses procedimentos foram tomados para minimizar os riscos do CAA. Se tivermos uma despesa glosada, o CAA-NM não tem lastro para bancar isso. Estamos tomando todos os cuidados possíveis para que isso não se torne um problema".

Mayk fez uma ressalva, afirmando que já existem projetos que têm execução indireta - exemplo da Fundação Banco do Brasil -, mas que é necessário pensar que a execução direta também faz parte de um processo de formação. Daniella lembrou que, apesar da execução indireta, os proponentes deverão fornecer uma lista de possíveis fornecedores e respectivas cotações, ou seja, o fato da execução ser indireta não retirará do proponente a responsabilidade de executar corretamente o seu orçamento.

Gabriella solicitou esclarecimentos sobre a doação de terra para a execução do projeto.

Aderval colocou que se trata de um documento simples, sem necessidade de registro em cartório, que apenas ateste o consentimento da família ( ou do(a) proprietário(a)) de que a atividade do projeto seja feita naquele local. Alberto complementou que a doação voluntária vem ao encontro de uma exigência do Banco. Isso é feito para evitar as transferências involuntárias (expulsão e realocação por esse fim).

Foram informados os valores-limite estipulados no edital para cada tipo de projeto, deixando claro que o edital não exige uma contrapartida (isso é contra o contrato com o Banco Mundial).

## Plano de Trabalho 2016

A proposta de plano de trabalho foi apresentada ao CGN, que constatou que são muitas as atividades agendadas para os próximos 15 meses de projeto (período que compreende as ações do 1º edital).

Aderval detalhou as datas referentes ao processo de análise das Manifestações de Interesse (MI) e contratação dos subprojetos. Aderval ressaltou que o DGM terá o diferencial de ter um profissional que elaborará os projetos à partir das manifestações de interesse selecionadas, o que significa que organizações que não tem muita experiência na elaboração de projetos terão esse auxílio do DGM.

O fluxo de análise das manifestações de interesse foi revisto: a partir das ponderações feitas e da necessidade da checagem das salvaguardas antes da aprovação dos projetos, ficou estipulada a realização de visitas de checagem a um número determinado de propostas pré-selecionadas. Nesta mesma visita será aplicado o relatório de Marco Zero do projeto. Alberto afirmou não ver a necessidade da realização do 'marco 1' logo depois da finalização do projeto porque em alguns casos o resultado só aparecerá depois do término (exemplo projeto de recuperação de áreas degradadas). Aderval ponderou que é possível 'descolar' a realização do 'marco 1' da finalização do subprojeto somente no primeiro edital, mas que isso será impossível quando do 2º edital porque isso coincidirá com o término do Projeto DGM.

Os integrantes do DGM concordaram em participar das oficinas de divulgação em suas regiões, colaborando – dentro das possibilidades – com a mobilização. Tseredzaro questionou sobre a possibilidade de uma ajuda financeira para a divulgação do edital em terras indígenas e quilombolas. "MT tem 44 terras indígenas, é impossível eu fazer uma mobilização dessas pessoas sem uma ajuda financeira", disse ele. O projeto DGM possui verba já comprometida com as oficinas de divulgação, não tendo sido previsto um apoio como esse solicitado pelo Tseredzaro. Gabriella disse que FUNAI não teria como arcar com esse auxílio (de deslocamento físico de uma pessoa), mas que o CAA-NM poderá contar com o apoio dos escritórios regionais. Tseredzaro insistiu em dizer que informações como essa do edital chegam até ele - e a outros jovens indígenas que, como ele, leem a língua portuguesa, acessam a internet e tem whatsapp -, mas que ele está preocupado em fazer a informação do edital chegar dentro da aldeia, nas pessoas mais velhas. Falou-se em parcerias (FUNAI, programa Pngati-Cerrado) e Aderval colocou que será pensada numa forma de ajudar, financeiramente, que os representantes tenham um apoio para fazer as articulações locais. "Quem sabe a gente substitui um dos projetos pelo custo desta mobilização?", disse ele.

Sobre os seminários: todos aprovaram os temas propostos, Gabriel lembrou que esses eventos devem ser espaços de construção de agendas com o governo e Mayk sugeriu que esses momentos sejam inclusive para refletir sobre a 'agenda negativa' do Cerrado, já que o DGM é também um espaço de formação – fortalecimento institucional. "Porque não discutir o Matopiba ou a questão dos licenciamentos ambientais?", sugeriu ele.

Alberto sugeriu a realização de uma atividade (seminário) sobre viabilidade econômica e disse que esse consultor será contratado diretamente pelo Banco Mundial.

As adequações (de conteúdo e data) foram realizadas no documento e plano de trabalho aprovado segue no arquivo anexo.

### **Apresentação, discussão e aprovação do edital de manifestações de interesse**

O edital foi lido item por item, o que provocou um exaustivo debate até que todas as dúvidas fossem esclarecidas; as sugestões, analisadas e os ajustes, realizados. A principal modificação foi a exclusão da ata da reunião de aprovação da proposta pela comunidade, então exigida no edital. A solução sugerida pelo CGN foi que o processo de consulta com a comunidade seja descrito na manifestação de interesse e que isso seja verificado durante a visita de checagem. Vale o registro da inclusão do termo 'produtos da Sociobiodiversidade' e da retirada do texto que dizia que o projeto não exige contrapartida (o termo não deve ser usado para se evitar problemas legais com o Banco Mundial).

O documento final, reescrito e aprovado pelos presentes, encontra-se no anexo desta ata.

Registra-se aqui a ocorrência de uma breve conversa sobre REDD+, atendendo a uma solicitação de dona Anália Tuxá.

### **Evento de confraternização**

À noite ocorreu um evento de confraternização no Solar dos Sertões, organizado pelo CAA-NM.

### **Dia 14 de janeiro:**

#### **Retomada da apresentação, discussão e aprovação do edital de manifestações de interesse**

A retomada dos trabalhos se deu com a análise dos três formulários de manifestação de interesse, que foram ajustados de modo a atender às expectativas dos membros do CGN e tornar o processo de seleção mais facilitado, excluindo por exemplo a necessidade do documento de anuência da comunidade (no caso da proposta ser apresentada pela própria organização comunitária) e do termo de posse-cessão temporária da terra aonde se realizará o projeto (essa questão será avaliada caso a caso).

Os documentos aprovados encontram-se em anexo.

#### **Apresentação e aprovação do protocolo de análise das manifestações de interesse**

Este foi um dos pontos mais polêmicos da reunião, debatido à exaustão por todos. Cláudia explicou que todas as propostas serão analisadas e receberão uma nota. A partir dos critérios estabelecidos, haverá uma linha (nota) de corte (ranqueamento) e as propostas com pontuações mais elevadas serão apresentadas ao CGN. Assim, as etapas de avaliação das manifestações de interesse serão as seguintes: habilitação,

análise e pré-classificação das propostas de acordo com os critérios; visita de campo (checagem de salvaguardas e marco zero) e seleção.

Ficou acordado que as organizações que tiverem suas propostas aprovadas participarão da oficina de elaboração de projetos com dois membros (1 representante da instituição e 1 técnico), sendo que um deles deve ser comunitário.

Será mantido o acordo firmado durante as consultas públicas, de que o projeto DGM destinará 60% da verba do edital para aprovação de propostas indígenas e 40% para propostas de comunidades quilombolas e tradicionais.

Optou-se por não quantificar os projetos aprovados e sim informar o valor total disponível para o apoio das propostas, garantindo assim uma flexibilidade que permita o atendimento dos princípios do edital. “Se colocarmos cotas em cada uma das janelas, deveremos obedecer à isso”, justificou Gabriel. Alberto complementou: “a flexibilidade será do CGN no momento da seleção das propostas. Vocês escolherão os melhores que aparecerem, independente da janela.”

Um amplo debate se formou em torno da questão das atividades em terras não-regularizadas e ou sob disputa e ou em situação indefinida. “Se for realmente isso, o projeto torna-se pouco atraente para as comunidades tradicionais”, argumentou Aderval. Alberto explicou que o Banco Mundial não pode correr o risco de apoiar uma ação física que ocorra em uma terra sob disputa. “Atividades ‘que não tem pegada física’ podem acontecer; se tem pegada física (construção, por exemplo), não podem”, exemplificou ele. Aderval contra-argumentou, apresentando uma portaria interministerial 507, de 24 de novembro de 2011, DOU de 28/11/2011 (artigo 39, alínea 4), que trata deste assunto. Em uma leitura rápida, foi constatado que a portaria diz que, em caso de realização de convênios para a construção de obras, FUNAI e INCRA emitem certidões que atestam a ocupação da terra por indígenas ou quilombolas. Banco Mundial orientou ao CAA-NM a verificação desta informação, enquanto se comprometeu em analisar o documento e dar um retorno sobre essa questão.

Várias questões foram questionadas, incluídas e/ou excluídas do documento inicialmente apresentado, sendo as mais significativas a mudança do peso dos itens de avaliação e a inclusão das visitas de checagem no processo de avaliação das propostas. O documento-base aprovado segue no arquivo anexo.

### **Escolha do novo coordenador do DGM Brasil**

Com a oficialização da criação do CGN, tornou-se necessária a escolha dos coordenadores deste Comitê. Januário Tseredzaro, que até então estava representando o DGM em eventos e reuniões de trabalho, comunicou ter adquirido um cargo na sua aldeia que não o permitiria mais assumir responsabilidades em nome do Projeto DGM Brasil, já que está impedido de se ausentar da Aldeia Abelhinha com frequência. Diante desta informação, os membros do CGN realizaram nova votação, na qual foram eleitos João Nonoy Krikati (coordenador) e Maria do Socorro Teixeira Lima (vice-coordenadora).

## **Apresentação, Discussão, aprovação e encaminhamentos das Oficinas de Divulgação**

A proposta de realização das oficinas de divulgação foi apresentada, sem ressalvas. Membros do CGN participarão das três atividades, cada qual na sua região. As oficinas estão agendadas para Brasília, Imperatriz e Cuiabá, cada uma com 50 participantes.

## **Apresentação do plano de comunicação do DGM Brasil (site, folder, boletim, redes sociais, cartilhas, relatórios, vídeos, mecanismo de queixas)**

O Plano de Comunicação do projeto DGM Brasil foi detalhado, inclusive com a apresentação do layout do site e a descrição do funcionamento do mecanismo de queixas, sem ressalvas. O Banco Mundial solicitou a criação de um canal de comunicação para esclarecimento de dúvidas sobre o edital (foi criado o email 'edital@dgmbrazil.org.br'), assim como especial atenção ao mecanismo de queixas e reclamações.

### **Dia 15 de janeiro:**

Nesta data foi realizada a atividade de intercâmbio à terra indígena (TI) Xacriabá. Após uma viagem rodoviária de cerca de 3 horas, os integrantes do CGN e membros da equipe-chave do projeto DGM Brasil chegaram ao município de São João das Missões, aonde se localiza a terra indígena Xacriabá. Já em terra indígena, as atividades desenvolvidas foram as seguintes:

- . visita ao Ponto de Cultura e à rádio-comunitária;
- . conversa com as lideranças locais sobre os projetos realizados naquela TI ;
- . apresentação, pelo CGN, da oportunidade do projeto DGM FIP Brasil;
- . visita à alguns empreendimentos comunitários da TI, a saber: farmácia, casa de farinha e banco de sementes.

No final da tarde do dia 15 de janeiro, os representantes do projeto DGM Brasil (CGN e equipe-chave) retornaram para Montes Claros.

O retorno de todos os convidados desta reunião aos seus estados se deu no dia 16 de janeiro, o que ocorreu com transtorno em virtude do fechamento do aeroporto de Montes Claros e Belo Horizonte, o que causou inclusive do cancelamento de alguns vôos. Este imprevisto fez com que a chegada de dois integrantes do CGN em suas residências sofresse um atraso de 24hs (Maria do Socorro e João Nonoy).

Seguem, em anexo, os documentos aprovados na reunião, a saber:

- . manual operacional
- . regimento interno
- . edital e respectivas manifestações de interesse
- . documento-base do protocolo de análise
- . plano de comunicação

Por não existir nada mais a ser tratado e por concordar com o conteúdo deste documento, esta ata é assinada pelos integrantes do Comitê Gestor Nacional do Projeto DGM Brasil.

Montes Claros, 15 de janeiro de 2016.

Januário Tseredzaro Ruri'õ

João Nonoy Krikati

Anália Aparecida da Silva

Johnny Martins de Jesus

Maria do Socorro Teixeira Lima

Jossiney Evangelista Silva

Swere da Mata de Brito

Gilberto Barros

Mayk Honnie Gomes de Arruda

Elmy Pereira Soares

Eduardo Granha Magalhães Gomes (FIP)

Renata Corrêa Apoloni (MMA)

Gabriella Guimarães (FUNAI)